

GRUPO EDUCAÇÃO FAVENI

VIVIANE DA SILVA ANDRADE DE SOUZA

**A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS
COM TGD: Transtorno Global do Desenvolvimento**

SALVADOR

2019

GRUPO EDUCAÇÃO FAVENI

VIVIANE DA SILVA ANDRADE DE SOUZA

**A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS COM TGD:
Transtorno Global do Desenvolvimento**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial à obtenção do título especialista em
Psicopedagogia Institucional, clínica e TGD.

SALVADOR

2019

A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS COM TGD

Transtorno Global do Desenvolvimento

RESUMO: Esse artigo visa discorrer sobre transtornos de ordem cognitiva e sobre a dificuldade de aprendizagem por indivíduos com essas deficiências, bem como apontar caminhos pelos quais os professores de Inglês podem tomar, de maneira a diminuir as lacunas desse aprendizado e com isso explorar a capacidade intelectual de cada aprendente, respeitando os limites individuais e os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Como é um assunto extenso, nos ateremos aos TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), que precisam ser detectadas em tempo precoce, porque levam, além de uma dificuldade no aprendizado em geral, a problemas que se perpetuarão no futuro do indivíduo, comprometendo sua vida como um todo.

Palavras-chave: Língua Inglesa. Transtornos. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

O Psicopedagogo Institucional e Clínico é o profissional que, atuando em escolas, consultórios ou empresas, vai tratar especificamente com os problemas de aprendizagem, bem como realizar diagnósticos e apontar tratamentos adequados e individualizados a cada caso apresentado,

Trata-se, pois, de um profissional capacitado para analisar, diagnosticar e intervir, criando e aplicando ações específicas e individuais. Segundo os especialistas da área cognitiva, os distúrbios de aprendizagem têm etiologias bastante complexas e precisam ser analisados caso a caso, levando em conta fatores internos, como o funcionamento cerebral e as diversas causas de suas disfunções e também fatores externos, como meio familiar, problemas de relacionamento e sociais, como interações e contatos estabelecidos pela criança, com traumas decorrentes de imposições e rótulos por pessoas próximas a elas, que, ao invés de acolher e ajudar, discriminam e criticam sem a menor sensibilidade, levando muitas vezes à piora do quadro apresentado.

É importante salientar a importância do olhar acurado por parte dos pais, que são os primeiros e principais adultos envolvidos no processo, pois a partir dessa observação da criança ou adolescente e do encaminhamento adequado é que se pode iniciar um tratamento individualizado, seja ele psicológico, psicopedagógico, fonoaudiológico, psiquiátrico, neurológico ou até mesmo medicamentoso. Esse despertar também por parte do professor é importante porque, que, uma vez identificando no aluno alguns dos sintomas específicos, este possa informar à família para que se busque um profissional que detecte um possível diagnóstico e assim o encaminhe ao tratamento adequado para diminuir as dificuldades educacionais, além de reduzir os danos cognitivos e sociais que perpassam a vida escolar e até mesmo refletindo na vida adulta do indivíduo.

Ressaltamos que no caso de alguma suspeita que vá além de uma simples desatenção na aula por parte do aluno, é fundamental o encaminhamento para uma avaliação do educando feita por especialistas para se chegar a um diagnóstico preciso, pois, muitas vezes, uma única ida a um

consultório pode não dar a impressão real da situação da criança, visto que algumas delas, em ambientes alheios ao acostumado se portam diferentemente do que o habitual, não sendo possível ao profissional detectar os sintomas relatados pelos pais, e se isso ocorrer, os pais devem insistir na busca de respostas ao comportamento da criança, com o objetivo de elucidar as dúvidas e dirimir as inconveniências que podem ocorrer devido a uma não detecção precoce da patologia existente. Visto que, após longas pesquisas e estudos, constatou-se que determinados comportamentos considerados inadequados ou intoleráveis por pais e professores, muitas vezes tem origem psicológica, psiquiátrica ou neurológica, precisando de atendimento e acompanhamento profissional adequado.

Para embasar este trabalho, optou-se pela pesquisa de cunho bibliográfico, buscando apoio e fundamentação no empirismo das pesquisas já feitas por especialistas no assunto para ancorar as assertivas feitas no presente artigo.

2. DESENVOLVIMENTO

Devido a descoberta de diversos transtornos e síndromes, que muitas vezes não é percebida fisicamente e que ultrapassam os limites do mau comportamento, mas que foram identificadas pelos especialistas em estudo do desenvolvimento cognitivo humano e em meio a políticas públicas de inclusão, cresce a necessidade por parte dos pais e professores de compreender, entender e conhecer os sintomas de possíveis transtornos de desenvolvimento e aprendizagem que os alunos possam apresentar.

É importante mencionar que o Código de Ética do Psicopedagogo, reformulado pelo Conselho da ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia)¹, traz o objetivo de: “estabelecer parâmetros e orientar os profissionais da Psicopedagogia brasileira quanto aos princípios, normas e valores ponderados à boa conduta profissional”, dessa forma, preconiza-se que

¹ O código de ética do psicopedagogo, reformulado pelo Conselho da ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia), gestão 2011/2013 e aprovado em Assembleia Geral em 5/11/2011.

os profissionais psicopedagogos, que atuam principalmente com os problemas relacionados com a aprendizagem, têm, por si mesmo, uma relação ética de inter e multi-disciplinariedade com outros profissionais que tratam do mesmo tema, de forma a agregar ações e intervenções específicas de cada caso em questão. Sendo assim, o mesmo código de ética estabelece que a atividade psicopedagógica tem como principais objetivos compreender os processos que envolvem a não aprendizagem e buscar meio para dirimir ou sanar tais dificuldades. Muitas vezes, esses alunos são matriculados sem nenhum tipo de laudo ou esclarecimento por parte dos próprios pais, às vezes por simples desconhecimento da existência de tais patologias, outras, por não terem fácil acesso a profissionais especializados. Nesse sentido, a escola assume papel preponderante, como mediadora nessa proposta de intervenção, que vai se configurar como ação precípua para fomentar o desenvolvimento cognitivo do aluno, priorizando desde as suas necessidades mais básicas até a sua evolução o mais significativamente possível.

Por inclusão, no item 4 das “Diretrizes nacionais para a educação especial” de 2001, expõe-se que:

A política de inclusão de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.
(MEC/SEESP MEC, p.28)

Dessa forma fica claro que não basta apenas receber o aluno na unidade e presenciar seu fracasso progressivo, ou por não ter um diagnóstico preciso passado à escola, ou tendo-se ciência da situação, nada fazer para integrar esse aluno no processo de aprendizagem adequado às suas necessidades.

Também é fundamental que, o psicopedagogo conheça seu aluno além da deficiência, para que sua proximidade afetiva contribua para um melhor aproveitamento da aprendizagem, Martinez e Rey (2017) afirmam que: “isso

depende da sua singularidade”, ou seja, precisamos conhecer esse aluno nos aspectos realmente pessoais como: principais necessidades, gostos e interesses, características do contexto familiar, principais afetos e relações, aspirações, opiniões, emoções, entre outros, para que uma relação de reciprocidade se construa de modo a favorecer a colheita de resultados satisfatórios.

Com relação à inclusão, foi publicado no governo de Fernando Henrique Cardoso, o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial², com o objetivo de:

“Garantir o atendimento educacional às pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas e de altas habilidades, assim como orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos”.
(MEC/SEESP, 1994. p.59)

Esse objetivo visa garantir que as pessoas com deficiência mental, problemas com conduta e até mesmo superdotados tenham seus direitos educacionais respeitados e aplicados no ambiente escolar regular. Atrelado a isso, com o objetivo de evitar a adoção de nomenclaturas inadequadas ou pejorativas, que serviam para discriminar negativamente esse aluno, a Declaração de Salamanca³ preconiza o abandono de termos como: excepcional, especial, deficiente ou portadores de deficiência, adotando “pessoa com deficiência”, o que delega a própria pessoa a responsabilidade de explorar toda a sua capacidade de desenvolvimento físico ou intelectual, objetivando uma inclusão efetiva da pessoa que tem alguma deficiência na sociedade, pois, mesmo possuindo alguma deficiência, a pessoa não se torna diferente, incapaz, nem inferior a outra que não apresente nenhuma deficiência. Dito isso, ainda amparado pelo Estatuto da Criança e do

² BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

³ **Declaração de Salamanca.** Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em **Salamanca**, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Adolescente (ECA), (Lei nº 8.069/90), no artigo 55, expõe que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. E no artigo 54 reforça que os “portadores de deficiência têm direito a atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”, enfatizando que toda a criança tem direito a se matricular em escola regular, sendo vedado todo e qualquer tipo de discriminação.

2.1 Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD)

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10 (OMS, 2000) usa o termo Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID), englobando: Autismo Infantil, Autismo Atípico, Síndrome de Rett, Transtornos Desintegrativos da Infância, Transtorno de Hiperatividade Associado a Retardo Mental e Movimentos Estereotipados, Síndrome de Asperger e Outros Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Não Especificados. Já a expressão Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), está incluída no manual DSMIV-TR editado pela Associação

Psiquiátrica Americana - APA (2003)⁴ em referência ao autismo, classificando um agrupamento de quadros clínicos precoces, invasivos, persistentes e comprometedores do desenvolvimento da criança. Os TGD estão organizados em cinco classificações diagnósticas específicas denominadas: Transtorno Autístico; Transtorno de Asperger; Transtorno de Rett; Transtorno Desintegrativo da Segunda Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação. Esses transtornos caracterizam-se por: “prejuízo severo e invasivo em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação ou presença de comportamento, interesses e atividades estereotipadas”. (APA, 2003, p. 65). Esses transtornos afetam gravemente o processo de evolução da criança ou

⁴ A publicação é o resultado de um processo de doze anos de estudos, revisões e pesquisas de campo realizados por centenas de profissionais divididos em diferentes grupos de trabalho. O objetivo final foi o de garantir que a nova classificação, com a inclusão, reformulação e exclusão de diagnósticos, fornecesse uma fonte segura e cientificamente embasada para sua aplicação em pesquisa e na prática clínica.

adolescente nos âmbitos comunicacionais, sociais e comportamentais, desde a mais tenra idade, sendo estritamente necessário o acompanhamento específico.

Não será o caso, no presente artigo, aprofundamento teórico, técnico-sintomático desses transtornos, inclusive pelo fato de que isso envolve a necessidade de um conhecimento que abrange áreas psiquiátricas e neurológicas. Até porque, o código de ética do psicopedagogo, em seu artigo 1º, deixa claro que:

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Por isso, não cabe ao profissional psicopedagogo intervir na competência diagnóstica dos demais profissionais envolvidos, baseado no Código de ética do psicopedagogo, em seu artigo 10º, que diz:

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim, o seguinte: a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas; b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento.

Um dos sintomas comuns aos transtornos é o distúrbio no desenvolvimento da linguagem e dificuldade interacional-social. Para Vigotski, esses são: “sintomas percebidos em crianças com algum tipo de transtorno, apresentando dificuldades não só na linguagem expressiva e oralizada, mas também na interação social do meio”.

Por isso, cabe ao psicopedagogo conhecer os sintomas de tais distúrbios, para que, uma vez recebendo pacientes com as queixa percebidas pelos pais ou professores, possa intervir e/ou encaminhá-lo adequadamente para obter o melhor aproveitamento do aprendizado possível.

2.2 O aprendizado da Língua Inglesa para crianças com TGD

Ao se pensar na aula de língua inglesa, que faz parte da grade curricular desde a educação fundamental ao ensino médio, não se pode ignorar que todo progresso que o aluno possa ter é um ganho enorme, até por que existem diferentes graus de dificuldade de aprendizagem, mas que não impedem que o aluno se desenvolva dentro de sua especificidade, principalmente se o mesmo for estimulado, motivando-se a aprender. Dessa forma, esse professor de inglês busca caminhos e estratégias pelos quais, em sua práxis cotidiana, possa aproximar o aluno da aprendizagem mais significativa possível, levando em conta sua individualidade, como ritmos e estilos de aprendizagem, sem limitar as possibilidades de avanços nessa aquisição, utilizando para isso, um olhar sensível à criança rotulada de “problemática” pelos outros, “que não interage”, “que não aprende nada”, “que não quer nada” ou “não para quieta”, buscando encontrar nessa criança habilidades escondidas, mostrando seus potenciais, desmistificando a ideia de que para aquela criança é “impossível” aprender ou ter noção de uma nova língua. Para isso, aulas de inglês temáticas como Dia do brinquedo (Toy’s Day) ou Salada de frutas (Fruit salad); aulas áudio-visuais, com pequenas histórias em inglês; recursos musicais, com músicas fáceis de repetir; e aulas cinestésicas, fazendo com que os alunos dançam, mexam-se e explorem o movimento corporal, inserindo nessas aulas os conteúdos básicos da língua inglesa. Isso envolve toda a classe no aprendizado, proporcionando momentos lúdicos nos quais o aprendizado ocorrerá de maneira prazerosa e eficiente. Abaixo, relaciona-se algumas atividades lúdicas de inglês que podem ser aplicadas tanto pelo professor da classe regular, quanto pelo psicopedagogo, em atendimento extra-classe:

Atividades relacionadas ao conteúdo Names and Greetings (Quebra- cabeça); Atividades relacionadas ao conteúdo Colors (Memory Game e Jogo da velha); Atividades relacionadas ao conteúdo Numbers (Baralho com numbers, Dominó,Bingo); Atividades relacionadas ao conteúdo Animals (Memory Game e Jogos online); Atividades relacionadas ao conteúdo Fruits (Jogo da mímica; Atividades relacionadas ao conteúdo Food and

Drink (Catch me a card); Atividades relacionadas ao conteúdo Days of the Week and Months of the Year (Bingo: letter); Atividades relacionadas ao conteúdo Clothes (Spelling). (AZEVEDO, REGISTRO, 2014)

As sugestões supracitadas foram extraídas do artigo de Ângela Maria Rufino de Azevedo e Prof^a Dra. Eliane Segati Rios Registro (2014), que muito contribuirá para a aplicação de diversificadas atividades que fomentará o ensino da Língua Inglesa aos alunos com necessidades especiais, com o intuito de ajudar os professores na aplicação de atividades diversificadas nas aulas de inglês que possam contemplar seus alunos especiais, já que, por terem necessidades diferentes, precisam de atenção e atendimento individualizados.

3. CONCLUSÃO

Mesmo que essas descrições das dificuldades de aprendizagem sejam conhecidas pelos profissionais, muitas vezes são completamente alheias a familiares que mantenham um convívio com a criança. No entanto, a grande gama de fontes de pesquisa e de vinculação de tais transtornos, torna esse conhecimento acessível a todos que se interessam e se preocupam com o desenvolvimento global de seu filho ou aluno, responsabilizando-o a fazer com que todos os meios e intervenções possíveis sejam implantadas o quanto antes, para garantir à criança e ao adolescente ampla possibilidade de avanço intelectual, individual e social. Isso não quer dizer que é tarefa fácil, pois o aluno com deficiência muitas vezes precisa, além de um atendimento extra-classe com especialista psicopedagógico, uma atenção especial por parte do professor da sala de aula, já que as atividades para eles terão de ser adaptadas a cada uma das suas especificidades, orientadas separadamente e avaliadas também individualmente.

Para isso, deve o psicopedagogo realizar as intervenções cabíveis e orientar pais e professores como direcionar as tratativas, porque, quanto mais precocemente for detectado e diagnosticado, mais cedo esta criança será encaminhada ao tratamento adequado de forma que seu desenvolvimento seja o mais abrangente possível.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABPP, **Código de ética do psicopedagogo**. 2011. Disponível em: http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html. Acesso em 09/02/2019

AZEVEDO, Angela; REGISTRO, Eliane. **Games: O jogos como apoio ao ensino de inglês para alunos com deficiência intelectual na sala de recursos**. 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_port_pdp_mirian_izabel_tullio.pdf. Acesso em 03/04/2019

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial-MEC**, 2001.

_____. Lei nº.8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 8. ed. Salvador: 2002. pp. 20,21

_____. Ministério da educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** (1996). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 09/02/2019

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Politicaeducacional.pdf. Acesso em 02/04/2109

_____. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em 06/04/2019

MARTÍNEZ, A. M. & GONZÁLES REY, F. **Psicologia, Educação e Aprendizagem Escolar: avançando na contribuição da leitura cultural–histórica**. São Paulo: Cortez Editora, (2017), p.148.

OLIVEIRA, Fabiana. **Sobre deficiências múltiplas: Reflexão conceitual**. Disponível em: apaebrasil.org.br/arquivo/17670. Acesso em 06/04/2019

Sugestões de atividade para trabalhar com pessoas com DI. Disponível em: <https://sites.google.com/site/direitoadiferencaamais>. Acesso em 03/04/2019

VELLOSO, Renata et al. **Protocol of multidisciplinary diagnostic evaluation of pervasive disorder team linked to developmental disorders program of Mackenzie Presbyterian University**. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11166/6932>. Acesso em 06/04/2019

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson L.Camargo: revisão técnica de José Ciolla Neto. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008